

APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: contribuições do professor

Niede Batista Alves¹
Ariane Aparecida de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o papel dos professores quanto ao ensino da leitura e da escrita junto a alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica nas obras de Silva (2001), Gonzalez (2004), Oliveira (1997) e outros autores, sobre a atuação dos professores e qualidade no ensino da leitura e escrita, objetivando analisar o desempenho do professor que busca a formação contínua no processo educacional e apontar algumas propostas que rumam para uma prática educativa de qualidade. Dessa forma, entendemos que a proposta de discussão aqui apresentada contribui para ampliarmos os debates sobre esta problemática, ao mesmo tempo em que nos permite discutir para chegarmos a novos métodos que nos auxiliam na prática pedagógica eficiente, de qualidade e significativa para os alunos com deficiência.

Palavras Chaves: Prática pedagógica; Ensino; Formação leitora.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade INTERPB. Especialista em Psicopedagogia com ênfase em educação especial pela Faculdade Montenegro, Baixo-CE. E-mail: nyedeka@gmail.com.

² Graduada em Letras/ habilitação em Língua portuguesa e literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Linguística Aplicada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestre em Estudos da linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ariane_leitura@yahoo.com.br.



LEARNING TO READ AND WRITE AMONG STUDENTS WITH DISABILITIES: teachers' contributions

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of teachers in teaching reading and writing to students with disabilities. It is a bibliographic study based on the works of Silva (2001), Gonzalez (2004), Oliveira (1997), and other authors addressing teachers' practices and the quality of reading and writing instruction. The study seeks to analyze the performance of teachers who pursue continuing education in the educational process and to identify proposals that contribute to high-quality educational practices. Thus, we understand that the discussion presented here contributes to broadening the debate on this issue while also enabling reflection toward the development of new methods that can support efficient, meaningful, and high-quality pedagogical practices for students with disabilities.

Keywords: Pedagogical practice. Teaching. Reading development.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da função docente constitui um dos aspectos fundamentais para a construção de uma prática pedagógica planejada e comprometida com a formação integral dos estudantes. O professor não atua apenas como transmissor de conhecimentos, mas como mediador do processo de aprendizagem, assumindo papel significativo na criação de condições que favoreçam o desenvolvimento intelectual, social, cultural e linguístico dos alunos. Essa atuação torna-se ainda mais relevante no contexto da educação inclusiva, que pressupõe o reconhecimento das singularidades dos estudantes e a construção de práticas pedagógicas capazes de garantir sua participação e aprendizagem.

Nesse contexto, o processo de aprendizagem da leitura e da escrita apresenta-se como uma dimensão essencial da escolarização, uma vez que essas práticas possibilitam ao indivíduo ampliar sua participação social, expressar ideias, construir conhecimentos e interagir com diferentes situações comunicativas. Para os alunos com deficiência, o desenvolvimento dessas aprendizagens requer uma prática pedagógica que considere suas especificidades, potencialidades, ritmos e diferentes formas de aprender. Assim, cabe ao professor, em articulação com a equipe pedagógica, buscar estratégias, recursos e metodologias que favoreçam o acesso desses estudantes às práticas de leitura e escrita, compreendendo que a inclusão não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve a garantia de condições efetivas para sua aprendizagem e participação.

A prática educativa é construída por meio da articulação entre conhecimentos teóricos, princípios metodológicos e experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Nesse processo, o professor necessita desenvolver uma postura reflexiva, criativa e sensível às necessidades dos estudantes, especialmente diante dos desafios presentes no ensino da leitura e da escrita. A formação docente, nesse sentido, constitui elemento importante para que o educador possa compreender as diferentes formas de aprendizagem e desenvolver intervenções pedagógicas que contribuam para a superação de barreiras que possam dificultar a participação e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

O ensino da leitura e da escrita não deve ser compreendido apenas como domínio de códigos e habilidades técnicas, mas como processo relacionado à construção de sentidos e à participação nas práticas sociais de linguagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)



destaca a importância do desenvolvimento de competências relacionadas à leitura, à escrita e à oralidade, considerando os diferentes usos da linguagem nas práticas sociais (Brasil, 2018). Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico precisa possibilitar aos estudantes experiências significativas com a linguagem, respeitando suas características individuais e promovendo oportunidades para que todos possam desenvolver suas capacidades comunicativas.

Essa perspectiva também é reforçada por estudos recentes que discutem a relação entre alfabetização, linguagem escrita e educação inclusiva. Freitas, Dainez e Carvalho (2021), ao analisarem práticas pedagógicas alfabetizadoras e inclusivas, evidenciam a importância de propostas de ensino da linguagem escrita que considerem as vivências dos estudantes, as relações que estabelecem com a linguagem e as situações de produção de sentidos. As autoras destacam, ainda, que práticas alfabetizadoras podem constituir importantes possibilidades de desenvolvimento para estudantes com deficiência intelectual, quando organizadas de maneira significativa e articulada às suas experiências.

Quando se trata de alunos com deficiência, o trabalho docente demanda ainda maior atenção às estratégias de ensino, aos recursos pedagógicos e às formas de mediação utilizadas em sala de aula. O professor precisa reconhecer que os estudantes podem apresentar diferentes necessidades educacionais e, conseqüentemente, demandar recursos e caminhos diversificados para a apropriação da leitura e da escrita. Dessa maneira, a prática inclusiva requer planejamento, flexibilidade e acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, de modo que as dificuldades identificadas sejam compreendidas como elementos que orientam a ação pedagógica, e não como limitações que determinem antecipadamente as possibilidades de aprendizagem do estudante.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do educador para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita junto aos alunos com deficiência, buscando compreender de que maneira a atuação docente, por meio da mediação pedagógica, do planejamento e da utilização de estratégias adequadas, pode favorecer o desenvolvimento dessas aprendizagens. Busca-se, ainda, identificar aspectos relacionados às competências docentes e aos principais desafios encontrados no cotidiano escolar para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas.

Nessa direção, Estef e Glat (2021) ressaltam a necessidade de flexibilização e individualização das práticas pedagógicas, considerando as características próprias de cada estudante. Embora o estudo das autoras tenha como foco o processo avaliativo, suas contribuições permitem compreender que uma prática inclusiva exige a superação de modelos homogêneos de ensino e a construção de estratégias que considerem as diferentes necessidades educacionais, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Essa necessidade de diversificação das práticas também é discutida por Pessoa et al. (2022), que abordam experiências relacionadas à alfabetização e ao letramento de estudantes com diferentes deficiências e especificidades linguísticas. A obra destaca a importância das adequações da prática pedagógica, da flexibilização curricular e da utilização de recursos que favoreçam o acesso à linguagem escrita, contemplando, entre outras possibilidades, tecnologias assistivas, estratégias voltadas à comunicação e diferentes formas de acessibilidade.

Assim, a alfabetização e o letramento de estudantes com deficiência demandam uma compreensão ampliada da prática pedagógica, na qual o professor não apenas transmite conteúdos, mas organiza situações de aprendizagem que possibilitem diferentes formas de participação e apropriação do conhecimento. Nesse sentido, as contribuições recentes reafirmam a importância de reconhecer a diversidade dos estudantes e de planejar ações pedagógicas que possibilitem o acesso efetivo às práticas de leitura e escrita.

Conforme mencionado, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, especialmente

livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador conhecer, analisar e sistematizar diferentes contribuições teóricas relacionadas ao objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa permite realizar um levantamento da produção científica existente sobre determinada temática, contribuindo para a construção de uma fundamentação teórica consistente e para a compreensão das diferentes perspectivas produzidas acerca do fenômeno investigado. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica mostra-se adequada a este estudo, uma vez que possibilita reunir e analisar produções científicas que discutem a atuação docente, o processo de aprendizagem da leitura e da escrita e as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da educação inclusiva.

Além desta introdução, a segunda seção aborda o papel do professor para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita, destacando a importância da mediação pedagógica e da formação docente nesse processo. Discute-se o papel do educador enquanto mediador da aprendizagem, bem como a necessidade de desenvolver práticas que estimulem o contato significativo dos estudantes com a leitura e a escrita. Também são apresentadas reflexões sobre as competências necessárias ao professor e sobre os desafios encontrados no cotidiano escolar, considerando a diversidade presente nas salas de aula.

Por sua vez, a terceira seção concentra-se no ensino da leitura e da escrita no contexto da educação inclusiva, com atenção específica aos alunos com deficiência. Nesse momento, são discutidos aspectos relacionados à legislação educacional, às práticas inclusivas e às possibilidades de atuação docente diante das diferentes necessidades de aprendizagem, o suporte oferecido pela instituição escolar e pelas políticas educacionais. Também se busca compreender como a mediação do professor, a utilização de estratégias pedagógicas diversificadas e a oferta de recursos adequados podem contribuir para a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, retomando os principais aspectos discutidos ao longo do estudo e refletindo sobre a contribuição do educador para a construção de práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem da leitura e da escrita por alunos com deficiência. A discussão fundamenta-se nas contribuições teóricas e legais mobilizadas ao longo do trabalho, especialmente nas reflexões acerca da aprendizagem, da mediação pedagógica, da formação docente e da educação inclusiva.

Assim, compreende-se que o educador desempenha papel fundamental no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente quando sua prática está pautada em uma perspectiva inclusiva, que reconhece as singularidades dos estudantes e valoriza suas potencialidades. Ensinar leitura e escrita aos alunos com deficiência significa criar possibilidades de acesso ao conhecimento, à comunicação e à participação social, assegurando que as diferenças não constituam obstáculos à aprendizagem. Nesse sentido, uma prática pedagógica planejada, mediadora, flexível e comprometida com a inclusão pode contribuir para que esses estudantes desenvolvam suas capacidades e tenham garantido o direito de aprender, participar e construir sua autonomia no espaço escolar e na sociedade.

2 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

O professor desempenha um papel fundamental no processo educativo, pois sua atuação ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos, envolvendo a mediação da aprendizagem e a formação intelectual, social e cultural dos estudantes. A docência constitui uma profissão marcada por desafios e responsabilidades, uma vez que o educador participa diretamente da construção dos saberes que contribuem para o desenvolvimento dos indivíduos e para a transformação da sociedade.

Ser professor exige estudo, dedicação e formação contínua, pois a prática pedagógica necessita estar fundamentada em conhecimentos teóricos e metodológicos que possibilitem

compreender as diferentes realidades presentes no ambiente escolar e desenvolver estratégias que favoreçam a aprendizagem, considerando os aspectos sociais, culturais e individuais dos estudantes. Nesse sentido, Freire (1996) destaca que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, uma vez que a ação educativa deve estar baseada no diálogo, na autonomia e no reconhecimento do estudante como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

A prática docente está diretamente relacionada à capacidade de mediação do professor, que atua como agente fundamental no desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais dos alunos. Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, sendo a mediação um elemento essencial para a construção do conhecimento. Dessa forma, o professor assume uma função indispensável ao criar condições para que os estudantes avancem em seus processos de aprendizagem.

Historicamente, a compreensão acerca do papel do professor passou por diferentes transformações. Durante determinado período, especialmente no contexto da educação infantil, predominava uma visão assistencialista, na qual, para exercer a função docente, muitas vezes, era considerado suficiente possuir afinidade com crianças. Entretanto, com o avanço dos estudos sobre infância, desenvolvimento e aprendizagem, ampliaram-se as discussões sobre a necessidade de uma formação específica e qualificada para os profissionais da educação.

No contexto da educação compensatória, prevalecia a atuação de profissionais leigos, sem que fossem estabelecidas grandes exigências quanto à formação para atuar nessa área. Essa realidade gerou debates sobre a qualidade do atendimento oferecido às crianças e sobre a necessidade de valorização e qualificação dos profissionais responsáveis pelo processo educativo.

Segundo Silva (2001), a constatação nesse período do elevado índice de profissionais da educação leigos provoca debates em torno da qualidade do atendimento oferecido em creches e pré-escolas, e também da necessidade de uma melhor formação dos profissionais da educação para as crianças de 0 a 06 anos de idade. A questão do profissional da educação infantil adquire então centralidade, tanto do ponto de vista da qualidade do trabalho desenvolvido com a criança, quanto do reconhecimento de que a educação infantil, especialmente a creche, faz parte da educação.

Diante dessa perspectiva, a formação e a qualificação docente tornam-se fundamentais para que o professor desenvolva uma prática pedagógica consciente e eficiente. Um profissional preparado possui melhores condições para planejar suas ações, compreender os objetivos das atividades propostas e criar situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

No processo de ensino da leitura e da escrita, essa formação torna-se ainda mais relevante, pois o professor precisa compreender que alfabetizar não significa apenas ensinar a relação entre letras e sons, mas possibilitar ao aluno compreender e utilizar a linguagem em diferentes práticas sociais. Para Soares (2020), a alfabetização deve estar articulada ao letramento, compreendendo a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo que envolve tanto a apropriação do sistema de escrita quanto a participação em práticas sociais de leitura e produção textual.

Assim, o professor possui papel essencial na construção de experiências significativas de leitura e escrita, criando ambientes que estimulem a curiosidade, a interpretação e a autonomia dos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao destacar que o ensino da Língua Portuguesa deve possibilitar aos alunos o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura, à escrita, à oralidade e às práticas sociais de linguagem, favorecendo uma participação crítica e efetiva na sociedade (Brasil, 2018).

Aos educadores cabe, portanto, o compromisso de atuar como mediadores, promovendo práticas pedagógicas que contribuam para a formação global dos alunos e para o

desenvolvimento de sujeitos capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade em que vivem. Conforme afirma Gonzalez (2004), ser professor relaciona-se, também, à capacidade de compreender como ensinar, articulando conhecimento, formação pedagógica e domínio das estratégias necessárias para favorecer a aprendizagem.

Dessa forma, compreender o papel do educador no processo de aprendizagem da leitura e da escrita significa reconhecer a complexidade da profissão docente e a importância de uma formação sólida, capaz de preparar profissionais comprometidos com uma educação de qualidade e com a formação de leitores e escritores críticos e autônomos

2.1 ENSINO DE LEITURA E ESCRITA: FORMAÇÃO, COMPETÊNCIAS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PROFESSOR

A leitura e a escrita são processos muito complexos e as dificuldades quanto ao ensino dessas habilidades podem ocorrer de maneiras diversas.

Nesse viés, a formação profissional dos professores, na atualidade, exige educadores que provoquem, instiguem, informem e problematizem suas realidades. Em uma palavra: incentivadores constantes em sala de aula, principalmente em qualquer atividade voltada para a leitura e a escrita.

Os professores são, também, responsáveis pela formação de indivíduo leitores e conscientes de seu papel histórico e social. Por isso, deve ter a responsabilidade de estar sempre atento, fazendo com que, através do incentivo e da motivação, seus alunos possam adquirir o hábito da leitura e da escrita, que irá gradativamente contribuir de forma significativa para a aquisição de novos conhecimentos.

O professor incentivador da leitura e da escrita, para manter alto o nível de motivação dos alunos deve adotar as seguintes competências:

- Mostrar-se entusiasmado com o que está ensinando;
- Despertar a curiosidade, destacando a relação do conteúdo com os fatos corriqueiros;
- Orientar a aprendizagem para a compreensão dos fenômenos e não para a memorização;
- Elaborar atividades que mostrem como o aluno evoluiu;
- Usar o ritmo que permite que todos acompanhem o encadeamento de ideias;
- Mudar a estratégia ao perceber que os alunos não aprendem;
- Dar pistas de como superar as dificuldades sem revelar de imediato a solução;
- Evitar avaliações negativas, comparativas e ameaçadoras de autoestima dos alunos.

Nesse sentido, o desenvolvimento profissional reporta-se de uma forma mais específica, ao domínio de conhecimento sobre o ensino, as relações interpessoais, as competências envolvidas no processo pedagógico e ao processo reflexivo sobre as práticas do professor (Oliveira, 1997. p. 95).

Cabe ao professor, o papel de desenvolver no aluno o gosto pela leitura a partir de uma aproximação significativa com os livros. Não há receita a seguir; cada professor, de acordo com as necessidades de seus alunos, tem condições de avaliar o melhor caminho a ser desbravado. No entanto, para que haja êxito na formação do leitor, é necessário efetivar uma leitura estimulante reflexiva, diversificada, crítica, ensinando aos alunos a usarem a leitura e a escrita para viverem melhor.

É importante ressaltar que os demais profissionais que atuam na escola e nos sistemas de ensino necessitam estar em constante atualização, uma vez que a sociedade está sempre em transformação tecnológica e humana.

Para Libâneo (2013), a educação escolar possui uma função social fundamental, pois contribui para a formação dos indivíduos e para sua preparação para a participação ativa na sociedade. Dessa forma, o processo educativo depende da articulação entre diferentes agentes, uma vez que ensinar e aprender são ações coletivas que envolvem diálogo, compromisso e responsabilidade compartilhada. Ao professor cabe o papel de mediador desse processo, criando possibilidades para que os alunos desenvolvam suas capacidades cognitivas, sociais e culturais, mesmo diante dos desafios encontrados no cotidiano escolar.

3 O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto educacional brasileiro, a história da leitura e escrita inicia com muita discriminação, visto que, por um longo período, o direito à educação era privilégio exclusivo dos senhores e para os demais esse direito era usurpado.

Diante dos processos socialmente constituídos, pensarmos em uma sociedade inclusiva, que é de fundamental importância para o desenvolvimento e a concretude de nossas ações democráticas.

Entende-se que a inclusão é a garantia do acesso contínuo e irrestrito que todos devem ter aos espaços comuns da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, igualitária respeitosa e orientada para o acolhimento à diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades de desenvolvimento.

Quanto à educação especial, um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até pouco tempo, a teoria e a prática dominante, quanto ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos ressaltavam apenas o que neles era a falta e quais seriam os recursos para a reparação dessas faltas.

Na tentativa de eliminar os preconceitos, oportunizar inserções, integrar os alunos com deficiência nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar predominante dos anos 1960 a 1980. Essa prática caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais como um sistema de integração parcial, ou seja, um espaço específico dentro da escola, muitas vezes, destacado no espaço físico e destinado a uma possível preparação para a “integração total” na classe comum. Embora muitos alunos passem toda a sua vida escolar na mesma classe especial.

Nesse processo, ressalta-se a função social da escola que, através de ações diversas, favorece interações múltiplas, definindo em seu currículo práticas heterogêneas e inclusivas que garantam o acesso e a permanência dos alunos. Esse ensino, na atualidade, exigirá perceber as necessidades especiais, observar, registrar; maior flexibilidade nas ações pedagógicas; avaliação contínua sobre a eficácia do processo educativo e atuação em equipe (relações entre a educação especial e a regular).

É preciso que o professor identifique barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo de ensino aprendizagem. A avaliação educacional, ao contrário do modelo clínico, tradicional, classificatório, deverá sinalizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem – o potencial do aluno, os conhecimentos já adquiridos e aqueles que estão em processo. Dentro da perspectiva de Vygotsky, temos de estar atentos aos conhecimentos que, através das interações, vão se construindo.

Com base nesses princípios, acreditamos que uma proposta de Educação Inclusiva possa contribuir para a constituição de uma sociedade mais igualitária, mais solidária e, portanto, comprometida com o seu propósito mais significativo: humanizar.

3.1 LEITURA, ESCRITA, TRABALHO PEDAGÓGICO E INCLUSÃO

A leitura e a escrita fazem parte das práticas sociais e estão presentes em diferentes situações do cotidiano. Embora sua aprendizagem seja iniciada de maneira sistematizada no espaço escolar, o contato com a linguagem escrita ocorre antes mesmo da escolarização formal, por meio das interações sociais, das experiências familiares e das diferentes situações de comunicação vivenciadas pelos alunos. Nesse sentido, aprender a ler e a escrever não significa apenas dominar códigos e estabelecer relações entre letras e sons, mas desenvolver a capacidade de compreender, interpretar e produzir sentidos a partir da linguagem.

Essa realidade exige do professor, bem como da equipe pedagógica, uma atuação consciente e intencional, especialmente, porque os estudantes apresentam diferentes ritmos, experiências, conhecimentos prévios e formas de aprender. Por essa razão, o trabalho docente não pode estar fundamentado em uma única estratégia de ensino, mas deve considerar a diversidade presente na sala de aula e buscar alternativas pedagógicas que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos.

No caso dos alunos com deficiência, essa necessidade torna-se ainda mais evidente. A aprendizagem da leitura e da escrita pode demandar diferentes formas de mediação, recursos pedagógicos, estratégias de ensino e tempos de aprendizagem. Isso não significa reduzir as expectativas em relação ao

estudante, mas reconhecer suas singularidades e oferecer condições para que ele possa construir conhecimentos e participar efetivamente das práticas de leitura e escrita desenvolvidas no ambiente escolar.

Nesse processo, a formação docente assume papel relevante. O professor precisa estar em constante processo de formação e reflexão sobre sua prática, ampliando seus conhecimentos e desenvolvendo condições para responder aos diferentes desafios encontrados no cotidiano escolar. Sua atuação ultrapassa a transmissão de conteúdos, pois envolve a criação de situações de aprendizagem, a mediação das relações estabelecidas em sala de aula e o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.

Conforme Vasconcellos (2003), o professor contribui para a formação do educando em sua totalidade, tendo o conhecimento como mediação para o desenvolvimento da consciência, da cidadania e da emancipação humana. Essa compreensão amplia o olhar sobre o ensino da leitura e da escrita, pois evidencia que o trabalho pedagógico não deve estar limitado ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas precisa contribuir para que o estudante utilize o conhecimento construído para compreender e participar da realidade em que está inserido.

A sala de aula, portanto, constitui um espaço de interação, aprendizagem e construção de relações. Nela, professores e alunos trazem consigo diferentes experiências sociais, culturais e afetivas, que interferem na maneira como se relacionam com o conhecimento e com os processos de ensinar e aprender. Considerar essas dimensões é fundamental para que o professor possa construir práticas pedagógicas mais significativas e estabelecer uma relação de respeito com as singularidades de cada estudante.

Desse modo, despertar o interesse e o envolvimento dos alunos com a leitura e a escrita constitui um dos desafios da prática docente. O professor precisa criar situações que estimulem a curiosidade, a participação e a reflexão, possibilitando que os estudantes percebam a linguagem escrita como instrumento de comunicação, expressão e produção de conhecimento. Para os alunos com deficiência, isso significa também garantir que possam participar dessas experiências por meio de estratégias e recursos que considerem suas necessidades e potencialidades.

A prática pedagógica, entretanto, não ocorre de maneira isolada. As condições sociais, culturais, econômicas e institucionais também interferem no processo de ensino e aprendizagem. Por isso, os desafios enfrentados pelos professores não podem ser compreendidos apenas como dificuldades individuais do docente ou do estudante. A escola, enquanto espaço de formação, também possui responsabilidade na construção de condições que favoreçam a aprendizagem, oferecendo recursos, acompanhamento pedagógico e um ambiente acolhedor e acessível.

Nesse sentido, pensar a realidade da leitura e da escrita na sala de aula implica reconhecer a complexidade do processo de ensinar e aprender. Implica compreender que cada estudante possui uma trajetória própria e que a aprendizagem se constitui por meio das relações estabelecidas entre sujeito, professor, conhecimento e contexto. Cabe ao educador, portanto, desenvolver uma prática pedagógica intencional, reflexiva e inclusiva, capaz de criar oportunidades para que todos os alunos avancem em seus processos de aprendizagem.

Assim, o ensino da leitura e da escrita precisa ser compreendido como uma prática que envolve muito mais do que a aquisição de habilidades de decodificação e registro. Trata-se de possibilitar ao estudante o acesso à linguagem, ao conhecimento e às práticas sociais de leitura e escrita. Nesse cenário, a contribuição do educador está diretamente relacionada à capacidade de mediar esse processo, reconhecer as diferenças presentes na sala de aula e construir estratégias, junto a gestores, coordenadores, supervisores e demais professores, que favoreçam a aprendizagem e a participação dos alunos, em especial, àqueles com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou compreender a importância da contribuição do educador para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente no contexto da educação inclusiva e diante das especificidades dos alunos com deficiência. A análise desenvolvida evidenciou que a atuação docente ultrapassa a transmissão de conteúdos,

envolvendo planejamento, mediação, reflexão sobre a prática e construção de condições que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Nesse sentido, o professor exerce uma função social fundamental, uma vez que participa diretamente da formação dos sujeitos e contribui para o desenvolvimento de sua autonomia, capacidade de expressão e de sua participação nas diferentes práticas sociais. No processo de aprendizagem da leitura e da escrita, sua atuação precisa estar fundamentada em uma prática pedagógica intencional, capaz de reconhecer os diferentes conhecimentos, experiências, ritmos e formas de aprendizagem presentes na sala de aula.

A discussão realizada permitiu compreender também que o ensino da leitura não deve estar restrito à decodificação de palavras, assim como a escrita não pode ser reduzida ao domínio de códigos. Ler e escrever constituem práticas sociais que possibilitam ao indivíduo compreender, interpretar, produzir sentidos, expressar-se e participar da sociedade. Dessa forma, cabe ao educador criar situações de aprendizagem significativas, utilizando diferentes gêneros textuais, recursos pedagógicos e estratégias que aproximem a linguagem das experiências e da realidade dos estudantes.

No caso dos alunos com deficiência, essa atuação requer atenção às singularidades de cada estudante e às diferentes formas pelas quais a aprendizagem pode ocorrer. Isso implica reconhecer suas potencialidades, identificar barreiras que possam dificultar sua participação e buscar estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao conhecimento. A utilização de recursos diferenciados, a flexibilização das estratégias de ensino e o acompanhamento contínuo do desenvolvimento do aluno constituem possibilidades importantes para a construção de práticas mais inclusivas.

Nesse processo, a formação docente assume papel relevante. O professor necessita estar em constante processo de aprendizagem e reflexão sobre sua prática, ampliando seus conhecimentos acerca dos processos de alfabetização, leitura e escrita e das diferentes necessidades presentes no contexto escolar. Entretanto, a efetivação da educação inclusiva não depende exclusivamente da atuação individual do professor. A escola e os sistemas de ensino também possuem responsabilidade na garantia de recursos, condições pedagógicas, formação profissional e organização institucional que favoreçam a aprendizagem de todos.

Outro aspecto evidenciado ao longo do estudo refere-se à importância de o professor estabelecer uma relação significativa com a leitura. O educador que reconhece a leitura como prática social e cultural pode ampliar as possibilidades de aproximação dos estudantes com os textos, criando experiências que favoreçam o interesse, a participação e o desenvolvimento da autonomia leitora. Nesse sentido, incentivar a leitura não significa apenas disponibilizar livros, mas possibilitar que os alunos compreendam sua função social e percebam a linguagem como instrumento de comunicação, conhecimento e participação no mundo.

Assim, as reflexões desenvolvidas permitem afirmar que a contribuição do educador para a aprendizagem da leitura e da escrita de alunos com deficiência está relacionada à capacidade de construir uma prática pedagógica inclusiva, planejada, mediadora e sensível às singularidades dos estudantes. Mais do que adaptar atividades, trata-se de criar oportunidades reais de participação e aprendizagem, reconhecendo que todos os alunos possuem possibilidades de desenvolvimento quando lhes são oferecidas condições adequadas para aprender.

Dessa maneira, conclui-se que a aprendizagem da leitura e da escrita constitui um processo que exige compromisso, planejamento, mediação e acompanhamento contínuo. No contexto da educação inclusiva, esse compromisso ganha ainda maior relevância, pois envolve a garantia de que os alunos com deficiência tenham acesso não apenas ao espaço escolar, mas também ao conhecimento e às experiências de aprendizagem. O professor, portanto, desempenha papel fundamental nesse processo, contribuindo para que a leitura e a escrita se constituam como instrumentos de aprendizagem, expressão, autonomia e participação social.

Por fim, compreende-se que promover a aprendizagem da leitura e da escrita de alunos com deficiência é um compromisso que ultrapassa a dimensão técnica do ensino e envolve uma concepção de educação pautada no respeito às diferenças, na valorização das potencialidades e na garantia do direito de aprender. Nessa perspectiva, uma prática docente reflexiva, inclusiva e comprometida pode contribuir significativamente para a construção de experiências escolares mais equitativas e para a formação de sujeitos capazes de participar de maneira ativa e autônoma na sociedade

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

ESTEF, Suzanli; GLAT, Rosana. Avaliação flexibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais: uma prática pedagógica inclusiva. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 24, p. 1-13, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ana Paula de; DAINEZ, Débora; CARVALHO, Claudia Adriana Silva de Mello. Práticas pedagógicas inclusivas e processos de apropriação da linguagem escrita. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 152-165, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZALES, Joaquim. **Receita para formar Bons Doentes**. [s.ed.]. Buenos Aires. 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia. A ação-investigação e o desenvolvimento profissional dos professores: um estudo no âmbito da formação contínua. In: SÁ-CHAVES, Idália (org.). **Percursos de formação e desenvolvimento profissional**. Porto: Porto Editora, 1997. p. 95.

PESSOA, Ana Claudia Rodrigues Gonçalves; LIMA, Rafaella Asfora Siqueira Campos; CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro; SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **Educação inclusiva**: práticas de alfabetização e letramento com estudantes com deficiência e especificidade linguística. Recife: Editora UFPE, 2022.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Profissionais da educação infantil**: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Magda. **Alfabetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

OMNIA

omn

Omnia

Omnia

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor?** Resgate do Professor como Sujeito e Transformação. São Paulo: Libertad. 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

